



**ACÓRDÃO Nº813/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11942/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Secretaria Municipal da Mulher, de Assistencia Social e Direitos Humanos - SEMMASDH
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2922/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal da Mulher, de Assistencia Social e Direitos Humanos - SEMMASDH. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Determinação.  
Recomendação. Encaminhamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas anual da Secretaria Municipal da Muller, de Assistência Social e Direitos humanos – SEMMASDH, Unidade 370101, relativa ao exercício de 2015 de responsabilidade** da Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal e Ordenadora de Despesas, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do artigo 24, c/c o artigo 72, II, todos da Lei estadual nº 2.423/96.
- 10.2. **Determinar** à Secretaria Municipal da Mulher, de Assistencia Social e Direitos Humanos - Semmasdh, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual n.º 2.423/96, que:

10.2.1. observe o art. 62 da Lei federal nº 8.666/93 na ocasião



**ACÓRDÃO Nº813/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

das contratações feitas pela unidade;

10.2.2. observe a existência nos processos licitatórios de aprovação das minutas de contrato pela assessoria jurídica.

10.2.3. realize as medidas cabíveis para o cumprimento do Acórdão nº 104/2014/TCE/AM, no sentido de exigir a restituição do Sr. Celso Batista no valor de R\$ 15.500,00 pertinente à irregularidade na Prestação de Contas do Convênio nº 05/2007, firmado entre a SEMASC (Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania) e o Centro de Solidariedade São José (Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos).

**10.3. Recomendar** à Secretaria Municipal da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos - Semmasdh para:

- a) cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos pela Resolução nº 13, de 16 de dezembro de 2015, que instituiu o Portal e-Contas; e
- b) mantenha em seus cadastros a lista dos beneficiários pela ajuda social em casos de calamidade pública, constando nome, endereço e CPF para fins de comprovação da despesa realizada.

**10.4. Encaminhar** este Decisório à SECEX para que a próxima Comissão de Inspeção a ser designada para inspecionar o exercício de 2016 da SEMMASDH verifique se não há mais incompatibilidade entre os registros contábeis na conta Bens Móveis, apresentado no Balanço Patrimonial (Anexo 14) e o Inventário dos Bens Patrimoniais (impropriedade 6 do Relatório da Comissão de 2015).

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Agosto de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1 – Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº813/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,  
Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral